

Um apelo pastoral aos bispos para uma reafirmação apostólica do Evangelho

(Tradução autorizada do texto oficial em inglês)

Domingo do Bom Pastor
22 de abril de 2018

Sua Eminência ou Sua Excelência:

Como sacerdotes ordenados para auxiliar no cuidado pastoral do povo de Deus, escrevemos para pedir sua ajuda para lidar com uma abordagem errada da vida moral Cristã que muitas vezes encontramos e que prejudica seriamente aqueles que se deixam enganar por ele. Acreditamos que grande parte do dano poderia ser curado ou mitigado se você reafirmasse os ensinamentos de Cristo e corrigisse esses erros com a total autoridade de seu escritório apostólico. Isso não só beneficiaria aqueles que lhe foram confiados como bispo diocesano, mas como o Sucessor dos Apóstolos contribuiria grandemente para a unidade e o bem-estar da Igreja universal. Nossa preocupação pastoral é que, sem essa assistência, essa situação prejudicial irá piorar significativamente.

Na sua forma básica, a abordagem errada afirma que aqueles que cometem atos objetivamente malignos e que são julgados subjetivamente livres de culpa devem ser permitidos a receber a Sagrada Comunhão. Em uma forma mais desenvolvida, ele nega que certos comportamentos sejam sempre malignos e afirma que, em algumas circunstâncias, esses comportamentos são o bem mais realista que pode ser alcançado ou, de fato, eles são simplesmente bons. Uma versão ainda mais extrema declara que esses comportamentos podem ser aprovados ou propostos por Deus. A vida de Cristo e seus ensinamentos morais são apresentados como ideais abstratos que devem ser ajustados para atender às nossas circunstâncias e não como realidades já sintonizadas para libertar-nos do pecado e do mal em todas as situações.

Embora esta abordagem pretenda ser um desenvolvimento novo e legítimo, seus princípios sempre foram reconhecidos pela Igreja como contrária ao Evangelho. Ela se opôs a essas teorias com um ensino particularmente vigoroso e preciso ao longo do século XX e, acima de tudo, durante os 50 anos desde *Humanae Vitae*. Acreditamos que o recente ressurgimento desta abordagem prejudicial, apesar de tais esforços eclesiais sustentados, demonstra claramente que é necessária uma resposta pastoral mais eficaz do que os padres paroquiais por conta própria ou que possa ser adequadamente fornecida pela autoridade limitada das declarações, convenções diocesanas e regionais. É por isso que pedimos que você considere a possibilidade de exercer sua plena autoridade apostólica através de uma reafirmação formal do Evangelho e a correção desses erros. Isso ofereceria a toda a Igreja um testemunho apostólico excepcionalmente capaz de sustentar e orientar o clero e os leigos nas tarefas urgentes de ajudar aqueles que foram prejudicados e desenvolver iniciativas pastorais autênticas para chegar ao mundo inteiro.

Reconhecemos que o exercício da autoridade apostólica e a forma de sua expressão são questões que cada bispo deve decidir. Como sacerdotes, desejamos, num espírito fraterno e filial, oferecer para sua consideração as seguintes afirmações do Evangelho centradas em dez questões cruciais que esperamos que você aborde formalmente. Por favor, receba-os como testemunho da Fé que professamos em comunhão com o Colégio dos Bispos e sua cabeça, o Bispo de Roma:

- 1) Deus é amor. Ele organizou tudo para o nosso bem e nos chamou para compartilhar sua vida divina em Cristo. Consequentemente, Deus é completamente oposto ao mal, ao pecado (isto é, ao abraço consciente e voluntário da maldade) e ao mal que isso causam. Portanto, embora Deus decidisse tolerar a presença do mal e do pecado, Ele nunca os propõe ou os aprova.
- 2) Os cristãos que participam da íntima comunhão com Deus (isto é, em um estado de graça) são, em todas as circunstâncias, habilitados por Cristo permanecer fiel evitando o abraço consciente e voluntário do mal; portanto, eles serão culpados de qualquer pecado que cometeram (ver I Jn 5:18 e Sg 1: 13-15). Isso é verdade mesmo quando a fidelidade requer sofrimento, privação ou morte porque o que humanamente é impossível pela graça de Deus é possível (ver Mt. 19:26 e Eccl

15:15). Assim, a fidelidade a Cristo e os seus ensinamentos são realistas e realizáveis, não uma ideia abstrato que deve ser ajustado às circunstâncias da vida.

- 3) Os Cristãos que estão em comunhão com Deus podem sofrer de ignorância ou de impedimentos à liberdade até o ponto que mitiga ou remova completamente a culpa em um abraço particular do mal. Embora o que eles fazem é realmente (objetivamente) malicioso e, portanto, prejudicial de várias maneiras para eles e para outros, eles podem ser pessoalmente (subjetivamente) não culpados de pecado e, portanto, permanecem moralmente inatingido.
- 4) Os cristãos que abraçam o mal sem culpabilidade permanecem em comunhão com Deus, mas são presos em situações que são realmente nocivas e impedem que eles compartilhem plenamente a vida abundante que Jesus veio nos trazer. A tarefa da Igreja é ajudar a curá-los e liberá-los, trazendo com paciência a graça a verdade de Seu Evangelho.
- 5) A consciência é a norma imediata do comportamento, mas não a voz infalível de Deus. A consciência pode julgar erroneamente devido a malformação inocente ou a deformação que vem de pecados anteriores. No último caso, alguém que segue a consciência ou que se julga livre de culpa pode, no entanto, ser culpado de pecado. Dado essas limitações, os julgamentos subjetivos da consciência têm necessidade de ser conformados ao Evangelho que Cristo nos revelou e que é continuamente proclamado por Ele através do autêntico testemunho apostólico da Igreja (por exemplo, o Magistério Ordinário e Extraordinário).
- 6) O casamento é uma aliança que se estabelece de forma consciente e voluntária, com a necessária consideração e maturidade entre um homem e uma mulher livre para se casar. Esta é uma união exclusiva que não pode ser dissolvida por qualquer poder humano ou por qualquer motivo, com exceção da morte de um dos cônjuges. A união nupcial entre Cristo e a Igreja é o fundamento deste vínculo conjugal, tanto na natureza humana como no Sacramento do Matrimônio (ver Gênesis 2:24, Mt. 19: 3-6, Ef 5:32, 2 Ti 2:13).
- 7) A atividade sexual fora do casamento é, em todas as circunstâncias, gravemente mau. O abraço culposo deste grave mal é um pecado mortal que, como todos os pecados mortais, faz cessar a comunhão com Deus.
- 8) Para receber a Santa Comunhão, os Cristãos que reconhecem que são culpados de pecado mortal deverão fazer uma verdadeira contrição de seus pecados, incluindo uma resolução para evitar todo pecado no futuro. Além disso, eles normalmente devem receber primeiro o Sacramento da Penitência e da Reconciliação.
- 9) A recepção da Sagrada Comunhão não pode ser reduzida a um ato privado baseado em um julgamento subjetivo da inocência porque é um testemunho público do abraço de alguém para a fé e a vida da Igreja comunais. Independentemente da culpa, Aqueles que continuam abraçando um mal objetivamente grave depois de saber que sua crença ou comportamento é contrário ao testemunho apostólico da Igreja podem esperar ou, às vezes, serem obrigados a se abster da Sagrada Comunhão. Esta disciplina da Igreja é um meio pastoral para levá-los a reconhecer e renunciar ao mal, para que possam ser libertados dele e compartilhar mais plenamente a vida abundante de Cristo. Tal abordagem reflete o ensinamento de Jesus e dos Apóstolos, que basearam a disciplina eclesial em o fracasso objetivo de acordo com a vida da Igreja, não em julgamento de culpa (ver Mt 18:17; I Cor. 5: 11-13, Gálatas 1: 9 e I João 4: 6). A Sagrada Comunhão também pode ser retida para evitar enganar outros sobre a fé e a vida do Evangelho (causando um escândalo, veja Mt 18: 6).
- 10) A recepção da Sagrada Comunhão em casos específicos por aqueles que voltaram a se casar após um divórcio depende da realidade objetiva do vínculo de seu primeiro casamento e da evasão do pecado e do escândalo público, não só de sua intenção privada de evitar atividade sexual no futuro, a partir de sua avaliação subjetiva da presente relação, ou do seu julgamento subjetivo de inocência em relação à atividade sexual em seu relacionamento (ver Mt. 5:32).

Ao fazer nosso apelo, gostaríamos de incentivá-lo a não subestimar o valor pastoral do apoio e direção apostólicos que você poderia fornecer a Igreja universal, mesmo individualmente como bispo. Estamos claramente conscientes como sacerdotes de que muitos clérigos e leigos foram tão afetados pelas

mentalidades seculares e a falsa teologia moral das décadas passadas que agora consideram o testemunho apostólico da Igreja como idealista, ultrapassado ou mesmo cruel. Por isso, eles muitas vezes percebem erroneamente as afirmações pastorais dessa testemunha como abstrações, legalismos ou condenações pessoais. Isso é extremamente doloroso para todos os envolvidos. A experiência pode ser desencorajadora para os sacerdotes e pode nos levar a evitar oferecer uma apresentação clara e autêntica do Evangelho. No entanto, somos abençoados por conhecer muitos clérigos e leigos cujas vidas foram transformadas ao abraçar os ensinamentos de Cristo, mesmo quando isso implicou sofrimento. Agora eles se regozijam no testemunho da Igreja que, uma vez, parecia irreal ou hostil. Ao mesmo tempo, eles têm um profundo sentimento de tristeza e traição sobre a defesa de erros que deixam outros presos em situações prejudiciais semelhantes às que eles experimentaram. No entanto, eles encontram esperança e nos encorajam lembrando que foram liberados através do poder da graça e da verdade de Cristo trabalhando no testemunho inequívoco e amoroso de um sacerdote ou leigo em especial. Além disso, o testemunho pessoal de um bispo, expresso com o cuidado pastoral e a plena autoridade de um Sucessor dos Apóstolos, proporciona um meio eficaz para que Cristo possa reunir, apoiar e orientar seu povo.

Agradecemos a cortesia de considerar este recurso.

Nos permanecemos, rezando para que Deus o sustente no seu serviço e pido a sua bênção,

Seus irmãos no ministério sacerdotal e apostólico:

(Para obter uma lista atualizada de assinantes, consulte www.curapastoralis.org)